

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE
(CMPA/1912)
COLÉGIO CASARÃO DA VÁRZEA**

**MINUTA DE TERMO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
(Processo Administrativo/NUP nº 64256.003216/2026-55)**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE – CMPA, E [RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO], PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, NÃO CONTÍNUOS E POR ESCOPO, CONSISTENTES EM ARBITRAGEM ESPORTIVA E APOIO OPERACIONAL PARA OS JOGOS REGIONAIS DOS COLÉGIOS MILITARES DO SUL – 2026.

A UNIÃO, por intermédio do COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE – CMPA, UASG 160393, com sede na Av. José Bonifácio, nº 363, Bairro Farroupilha, Porto Alegre/RS, CEP 90040-130, inscrito no CNPJ sob o nº [indicar CNPJ da unidade/órgão], neste ato representado pelo Ordenador de Despesas do CMPA, JOSÉ MOACIR COSTA JUNIOR – Cel, nomeado/designado conforme ato próprio juntado aos autos, portador da Matrícula Funcional nº [indicar matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) em [endereço completo], doravante designado(a) CONTRATADO(A), neste ato representado(a) por [nome e função do representante legal], conforme [atos constitutivos/procuração/documento equivalente] apresentado(a) nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo/NUP nº 64256.003216/2026-55 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº ____/2026, vinculada à Contratação nº 18/2026 e ao Aviso de Contratação Direta nº ____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns, não contínuos e por escopo, consistentes na prestação de serviços especializados de arbitragem esportiva e apoio operacional para as modalidades Basquete, Handebol e Judô, destinadas à execução regular dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, na cidade de Santa Maria/RS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Basquete – serviço global de arbitragem e apoio de mesa para toda a competição da modalidade, com equipe mínima de 2 árbitros de quadra, 1 operador de 24 segundos, 1 apontador/sumulista e 1 cronometrista, totalizando 5 integrantes, conforme programação oficial dos Jogos Regionais.	15067	SV	1	R\$ 6.908,00	R\$ 6.908,00
2	Handebol – serviço global de arbitragem e apoio de mesa para toda a competição da modalidade, com equipe mínima de 2 árbitros, 1 sumulista/secretário e 1 cronometrista, totalizando 4 integrantes, conforme programação oficial dos Jogos Regionais.	15067	SV	1	R\$ 2.646,67	R\$ 2.646,67
3	Judô – serviço global de arbitragem, apuração e apoio operacional para a competição integral de Judô, com equipe mínima de 8 árbitros, 2 placaristas, 2 sumulistas e 1 árbitro-chefe, totalizando 13 integrantes, incluindo apoio técnico necessário à apuração e controle das lutas.	15067	SV	1	R\$ 16.350,00	R\$ 16.350,00
TOTAL	Valor total estimado da contratação					R\$ 25.904,67

- 1.3.** O CATSER indicado possui caráter orientativo e deverá ser confirmado pela Administração no momento do cadastramento no Compras.gov.br, preferencialmente em código compatível com serviços de arbitragem esportiva, apoio a competições ou organização de eventos esportivos, conforme o catálogo disponível.
- 1.4.** O objeto não será processado pelo Sistema de Registro de Preços, em razão de a demanda ser pontual, vinculada a evento específico, com quantitativos definidos, local e período de execução determinados e sem previsão de contratações futuras ou adesões por outros órgãos.
- 1.5.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- a) o Termo de Referência nº 32/2026;
 - b) o Aviso de Contratação Direta nº ____/2026 e a Autorização de Contratação Direta;
 - c) a proposta do CONTRATADO, após aceita pela Administração;
 - d) o Estudo Técnico Preliminar, a Matriz de Gerenciamento de Riscos, o Relatório de Pesquisa de Preços com Análise Crítica, a Nota Saneadora e os demais anexos e documentos constantes dos autos, no que compatíveis com este instrumento.
- 1.6.** Em caso de divergência entre a proposta do CONTRATADO e este Contrato ou o Termo de Referência, prevalecerão as condições mais favoráveis à Administração, desde que compatíveis com a legislação e com o objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, abrangendo a execução do objeto, o recebimento, a liquidação, o pagamento e os atos administrativos necessários ao encerramento do ajuste.
- 2.2.** A execução do objeto ocorrerá conforme o cronograma oficial dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, previstos para o período de 12 a 18 de julho de 2026, em Santa Maria/RS, sem prejuízo de ajustes formais de horário, local ou ordem das disputas definidos pela coordenação dos Jogos e comunicados tempestivamente ao CONTRATADO.
- 2.3.** O prazo de vigência poderá encerrar-se antes do termo final caso cumpridas todas as obrigações assumidas pelas partes, especialmente a execução integral dos serviços, a entrega dos registros de resultados, o recebimento definitivo, a liquidação e o pagamento.
- 2.4.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado por motivo não imputável ao CONTRATADO, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.
- 2.5.** Não se aplica prorrogação sucessiva típica de serviços contínuos, por se tratar de serviço comum, não contínuo e por escopo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem postos permanentes e sem necessidade administrativa continuada após a conclusão do evento.
- 2.6.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 2.7. A eventual prorrogação não automática, quando necessária e juridicamente cabível, deverá ser formalizada por termo aditivo ou outro instrumento formal adequado, devidamente motivado nos autos.
- 2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual é o de empreitada por preço global por item/modalidade, considerando o pagamento pelo serviço integral de arbitragem e apoio operacional de cada modalidade, com equipe mínima definida, sem pagamento individual por jogo, diária ou profissional, salvo decisão formal e motivada da Administração antes da contratação.
- 3.2. Os modelos de execução e de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização, medição e recebimento do objeto, constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.3. A execução do objeto observará, no mínimo, as seguintes etapas:
- a) formalização do Termo de Contrato Administrativo e emissão da nota de empenho;
 - b) reunião inicial de alinhamento entre CONTRATANTE e CONTRATADO sobre cronograma, contatos, locais de execução, equipe mínima, forma de comunicação e documentos de medição;
 - c) confirmação, quando solicitada, da relação nominal ou identificação funcional dos profissionais que atuarão na modalidade, com indicação das funções;
 - d) comparecimento da equipe nos locais e horários definidos; execução da arbitragem; controle de tempo, placar, súmulas e resultados; apuração e apoio operacional conforme a modalidade;
 - e) comunicação imediata de atrasos, substituições, incidentes técnicos, conflitos de regra ou qualquer fato que possa afetar a regularidade da competição;
 - f) entrega de súmulas, relatório de execução, declaração de comparecimento, registros de resultados ou documentação equivalente;
 - g) recebimento provisório e definitivo, liquidação e pagamento após a execução regular.
- 3.4. Os serviços serão prestados no Colégio Militar de Santa Maria/RS e/ou em locais definidos pela coordenação dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, conforme programação oficial e eventuais ajustes formalmente comunicados.
- 3.5. O CONTRATADO deverá comparecer com antecedência suficiente para o início regular das atividades, conferência de súmulas, alinhamento com a coordenação e preparação dos controles necessários.
- 3.6. As comunicações entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, sem prejuízo do registro nos autos quando necessário.
- 3.7. O CONTRATADO designará formalmente preposto ou responsável institucional antes do início da prestação dos serviços, indicando nome, cargo/função, e-mail e telefone para comunicações relacionadas à execução do objeto.
- 3.8. O CONTRATADO não necessitará manter preposto permanente no local da execução fora dos horários do evento, por se tratar de serviço pontual e por escopo, sem postos presenciais continuados nas dependências do CONTRATANTE.
- 3.9. O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por fiscal do contrato, gestor ou substituto designado pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Termo de Referência e dos atos de designação constantes dos autos.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratual nem da parcela principal da obrigação, consistente na disponibilização da equipe mínima e na execução integral da arbitragem e do apoio operacional da modalidade contratada.

- 4.2. A eventual utilização de árbitros, mesários, sumulistas, placaristas, operadores, coordenadores ou colaboradores vinculados à estrutura ordinária do fornecedor não será considerada subcontratação, desde que mantida a responsabilidade integral do CONTRATADO, a coordenação da equipe e o atendimento das exigências do Termo de Referência.
- 4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação, fiscalização ou gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 25.904,67 (vinte e cinco mil, novecentos e quatro reais e sessenta e sete centavos), observado o valor efetivamente adjudicado/contratado após a seleção da proposta mais vantajosa.
- 5.2. O valor por item/modalidade consta da tabela da Cláusula Primeira e servirá como parâmetro máximo de aceitabilidade, salvo decisão motivada da Administração em manter orçamento sigiloso até o julgamento das propostas, nos termos da legislação aplicável.
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive deslocamento, alimentação, hospedagem, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, materiais de apoio, emissão de documento fiscal hábil, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.4. A contratação será formalizada por item/modalidade, podendo haver um ou mais CONTRATADOS, conforme resultado da dispensa eletrônica e adjudicação, hipótese em que o valor contratual de cada ajuste corresponderá ao item efetivamente contratado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento ao CONTRATADO observará as condições estabelecidas no Termo de Referência, neste Contrato, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022 e nos demais normativos aplicáveis.
- 6.2. Não haverá pagamento antecipado. O pagamento ocorrerá após a regular execução do objeto, recebimento, liquidação da despesa e apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente.
- 6.3. Para fins de recebimento provisório, será considerada a comprovação da execução do serviço da modalidade contratada, acompanhada de documentação que demonstre comparecimento da equipe mínima, execução da arbitragem, entrega de súmulas ou registros de resultados e compatibilidade com o item adjudicado.
- 6.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de comunicação do CONTRATADO com comprovação da prestação dos serviços referentes ao item ou parcela executada.
- 6.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após verificação da qualidade, quantidade, compatibilidade técnica e aceitação mediante termo detalhado ou despacho de recebimento definitivo.
- 6.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, observada a regra de redução de prazo aplicável às contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 6.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.
- 6.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO, não se aplicando pagamento por cartão de pagamento no presente ajuste, conforme consolidação constante dos autos.
- 6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. O CONTRATADO optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime, desde que comprove oficialmente fazer jus ao tratamento tributário favorecido.

- 6.10.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, constatada por consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, mediante consulta a sítios oficiais ou documentação exigível.
- 6.11.** Constatada irregularidade, o CONTRATADO será notificado para regularização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, a critério do CONTRATANTE, sem prejuízo das demais providências legais cabíveis.
- 6.12.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao CONTRATANTE.
- 6.13.** Não se aplicam conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador, pois a contratação não é de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e não envolve trabalhadores terceirizados alocados permanentemente ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

- 7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, adotando-se como data-base a data do Relatório de Pesquisa de Preços juntado aos autos.
- 7.2.** Considerando a vigência de 60 (sessenta) dias e a execução por escopo vinculada ao evento de 2026, não se prevê reajuste ordinário durante a vigência inicial do contrato.
- 7.3.** Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante aplicação do IPCA/IBGE, exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, se a execução ultrapassar esse período por fato não imputável ao CONTRATADO.
- 7.4.** Não se aplica repactuação, por não se tratar de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra alocada ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- c) notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções propostas sejam adequadas;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) comunicar o CONTRATADO para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução regular do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;
- g) aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei, no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e neste Contrato;
- h) não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como: indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado; fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo; estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO; definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso de salários; demandar tarefas fora do escopo do objeto; ou prever exigências que constituam intervenção indevida na gestão interna do CONTRATADO;

- i) cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- j) emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste;
- k) decidir requerimentos do CONTRATADO no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período;
- l) responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da instrução completa do pedido;
- m) notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver garantia exigida ou apresentada;
- n) comunicar o CONTRATADO, quando aplicável, sobre posterior alteração de especificações, cronograma ou local de execução que possa impactar a execução do objeto;
- o) disponibilizar ao CONTRATADO, em tempo hábil, o cronograma definitivo das partidas, lutas, locais, horários e contatos de coordenação;
- p) fornecer orientações de acesso, segurança, conduta institucional e demais normas internas aplicáveis ao local de execução;
- q) registrar nos autos as ocorrências relevantes, recebimentos, glosas, retenções, pagamentos e demais atos de fiscalização e gestão contratual.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, colaboradores, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- b) executar o objeto conforme especificações, prazos, equipe mínima, modalidade, local e condições constantes deste Contrato, do Termo de Referência, do Aviso de Contratação Direta e da proposta aceita;
- c) disponibilizar equipe mínima compatível com o item contratado: Basquete, 5 integrantes; Handebol, 4 integrantes; Judô, 13 integrantes;
- d) comparecer aos locais de execução nos horários estabelecidos e com antecedência suficiente para preparação, alinhamento técnico e início regular das atividades;
- e) aplicar as regras técnicas das modalidades com imparcialidade, regularidade, urbanidade e observância ao ambiente educacional, militar e escolar;
- f) realizar ou apoiar o preenchimento de súmulas, controles de placar, tempo, registros de resultados, apuração e encaminhamento das informações à coordenação responsável;
- g) substituir imediatamente profissional ausente, impedido ou incompatível com a execução, sem ônus adicional para a Administração, quando necessário à continuidade do serviço;
- h) reparar, corrigir, refazer ou complementar, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, serviços ou documentos nos quais se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou incompatibilidades resultantes da execução;
- i) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- j) entregar súmulas, relatórios de execução, declaração de comparecimento, registros de resultados, documentação equivalente e nota fiscal ou documento hábil, conforme solicitado pela fiscalização;

- k) quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, entregar ao setor responsável pela fiscalização, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, certidões perante a Fazenda Municipal ou Distrital, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, quando aplicável, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- l) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;
- m) comunicar ao fiscal do contrato, tempestivamente e sem ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, atraso, substituição, incidente técnico, conflito de regra ou fato que possa afetar a execução do objeto;
- n) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- o) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação direta;
- p) cumprir, quando aplicável, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, bem como comprovar a reserva no prazo fixado pelo fiscal do contrato;
- q) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- r) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para atendimento do objeto, exceto nas hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro;
- s) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE e do local de execução;
- t) alocar profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação, experiência ou conhecimento adequados às modalidades contratadas;
- u) prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- v) fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, formulários, apitos, cronômetros, controles, sistemas de apuração, meios de comunicação e utensílios demandados, quando necessários à execução do objeto, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, sem custos adicionais para a Administração;
- w) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, mantendo o local de execução nas melhores condições possíveis de segurança, higiene, disciplina e organização;
- x) submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, mudanças relevantes nos métodos executivos que possam afetar as especificações do objeto;
- y) cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- z) não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- aa) não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, observada a legislação pertinente;
- ab) não submeter menor de dezoito anos à realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem a atividades constantes da Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008;
- ac) receber e dar tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

- ad) manter preposto ou responsável institucional aceito pela Administração, com contato eletrônico e telefônico, para representá-lo na execução do contrato;
- ae) substituir o preposto caso a indicação ou manutenção seja recusada justificadamente pelo CONTRATANTE;
- af) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- ag) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, garantindo acesso aos locais e documentos relativos à execução do contrato, no que couber;
- ah) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e demais recursos necessários à execução do objeto, quando sob sua responsabilidade;
- ai) assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- aj) fornecer equipamentos de proteção individual e coletiva, quando aplicáveis à execução;
- ak) promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com o Termo de Referência e com o cronograma definido;
- al) instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar normas internas da Administração, normas de acesso, segurança, conduta, urbanidade, disciplina e respeito ao ambiente escolar e militar;
- am) instruir seus profissionais a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, comunicando ao CONTRATANTE qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar desvio de função;
- an) não realizar cobrança de valores adicionais por logística ordinária, deslocamento, alimentação, hospedagem, tributos, emissão de nota fiscal, materiais de apoio ou demais custos incluídos no preço ofertado;
- ao) não se aplica a obrigação de realizar serviços de manutenção e assistência técnica continuada, por não se tratar de contrato de manutenção;
- ap) não se aplica transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por se tratar de serviço pontual de arbitragem esportiva;
- aq) não se aplica cessão de direitos patrimoniais relativos a obra imaterial de caráter tecnológico, por não haver desenvolvimento tecnológico ou obra intelectual contratada como objeto principal;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do procedimento de contratação ou do contrato administrativo, especialmente listas de participantes, súmulas, registros de resultados, credenciamento, comunicação operacional, fiscalização e pagamento.
- 10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei ou necessárias à execução do serviço.
- 10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO, quando houver tratamento de dados pessoais por terceiros.
- 10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, salvo as hipóteses do art. 16 da LGPD, inclusive necessidade de guarda de documentação para comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6.** É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados, colaboradores, árbitros, mesários, sumulistas, placaristas e demais profissionais envolvidos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

- 10.7.** O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e eventuais subcontratados autorizados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8.** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10.** Bancos de dados formados a partir do contrato, notadamente aqueles que armazenem dados pessoais, deverão ser mantidos em ambiente controlado, com medidas de segurança compatíveis, registro rastreável de tratamentos quando aplicável e finalidade vinculada à execução contratual.
- 10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais quando indicado pela autoridade competente, em especial pela ANPD, por meio de opiniões técnicas, orientações ou recomendações editadas na forma da LGPD.
- 10.12.** Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional, quando aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão do valor estimado, da execução por escopo, do curto período de vigência e execução, da ausência de dedicação exclusiva de mão de obra, da inexistência de entrega de bens da Administração ao CONTRATADO e da possibilidade de recebimento condicionado, glosa, retenção e aplicação de sanções.
- 11.2.** Caso a Administração, antes da assinatura, decida motivadamente exigir garantia, deverão ser previamente ajustados o Aviso de Contratação Direta, o Termo de Referência, a proposta e este Contrato, observando-se os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta, neste Contrato e na Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2.** Comete infração administrativa o CONTRATADO que incorrer nas condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como nas condutas previstas no Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta.
- 12.3.** Poderão ser aplicadas, observados o contraditório, a ampla defesa, a motivação, a proporcionalidade e a razoabilidade, as seguintes sanções:
- a) advertência, para falhas de menor gravidade;
 - b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do item afetado, limitada a 10% (dez por cento) do valor do item, em caso de atraso injustificado no comparecimento, início da execução, substituição de profissional, entrega de súmulas ou documentos de medição;
 - c) multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do item prejudicado ou da contratação, conforme a gravidade, em caso de inexecução parcial, inexecução total, fraude, documentação falsa ou descumprimento grave;
 - d) impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas hipóteses legais;
 - e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses legais.
- 12.4.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, e os demais parâmetros do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE poderão ser deduzidos dos valores a serem pagos, cobrados administrativamente ou judicialmente, observada a legislação aplicável.

12.6. As notificações poderão ser enviadas eletronicamente aos endereços informados na proposta comercial, no SICAF ou em outro cadastro oficial, considerados de uso contínuo pelo fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, se juridicamente admitido.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, e das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser concedida indenização por meio de termo indenizatório, quando cabível.

13.10. O CONTRATANTE poderá, nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter eventual garantia prestada, se houver, e, nos casos de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, conforme dotação indicada pela área competente antes da formalização da contratação e consolidada no Termo de Referência, sem prejuízo da juntada da Nota de Crédito e da Nota de Empenho aos autos:

- a) Gestão/Unidade: UG 167393;
- b) Fonte de recursos: 1050000415;
- c) Programa de Trabalho Resumido – PTRES: 232198;
- d) Elemento de despesa/Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- e) Plano Interno – PI: C5ENEASCOMI;
- f) Nota de Empenho: [indicar número da Nota de Empenho após emissão];
- g) Valor estimado: R\$ 25.904,67, observada a redução decorrente da seleção da proposta mais vantajosa.

15.2. A continuidade da contratação e a assinatura do contrato ficam condicionadas à confirmação de disponibilidade orçamentária suficiente, compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano de Contratações Anual e normas internas de planejamento do Colégio Militar de Porto Alegre.

15.3. A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes somente será indicada se houver obrigação a ser executada em exercício posterior, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre/RS, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Porto Alegre/RS, ____ de _____ de 2026.

JOSÉ XXXXX JUNIOR – Cel
Ordenador de Despesas do CMPA
Representante legal do CONTRATANTE

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[Cargo/Função]

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF/Matrícula:

2. _____

CPF/Matrícula:
